

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Labor Acadêmico, Universidade e Contraofensiva do Capital

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹

Kátia Regina Rodrigues Lima²

Emmanoel Lima Ferreira³

São vastas os impactos direcionados sobre os docentes das instituições de ensino superior no Brasil da reforma universitária ainda implementada pelo regime civil-militar, peculiarmente, no que toca o parco financiamento, bem como a expansão das instituições localizadas na esfera privada. Desgraçadamente este cenário se repete, ainda com mediações novas, logo, trata-se de um cenário econômico distinto que outrora era efetivado nacionalmente, o cenário atual se trata do neoliberalismo, que é empreendido pela lógica do capital, atingindo diretamente os trabalhadores, em especial, os docentes do ensino superior.

Destarte, procuraremos empreender uma análise acerca do labor acadêmico⁴ e das condicionalidades empreendidas pelo sistema metabólico do capital em tempos de

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE-UFC). Professor do Instituto de Estudos e Pesquisas Vale do Acaraú (IVA). Email: alisson.slider@yahoo.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE-UFC). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: kareli2004204@yahoo.com.br

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA). Email: emmanoel@yahoo.com

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ofensiva neoliberal para a universidade e conseqüentemente para a categoria de trabalhadores em tela.

Optamos por discorrer sobre algumas políticas para o ensino superior que, em grandes proporções, possuem imbuído essencialmente um caráter mercantil, pois, parece-nos que o ensino superior é identificado pelos setores hegemônicos como um nicho mercadológico para extração lucrativa para a burguesia nacional e internacional.

Portanto, o presente trabalho está sistematizado em quatro sessões: i) busca analisar da crise estrutural do capital e o movimento realizado para elidir o panorama catastrófico do modo de produção capitalista; ii) examinaremos como se expressa a forma do capitalismo dependente na atual fase do capitalismo monopolista-financeiro; iii) nos debruçaremos em investigar a lógica do labor acadêmico, não perdendo de vista os nexos com as seções precedentes.

A crise do sistema capitalista e as novas expressões imperialistas decorrentes

A teoria marxiana doravante algumas passagens⁵ faz breves referências as crises do sistema sociometabólico do capital de cunho cíclico, estas crises eram engendradas a partir da deflagração do processo de superprodução, pois se tratava de uma expressão fenomênica inevitável do dinamismo deste sistema econômico-social. Contudo, para poder obter aproximações reais no reconhecimento do caráter das crises, é premente apreender a lógica de atividade do modo de produção capitalista. Dessa forma, entendemos que este modo de produção distinguisse, dentre outros elementos, a partir da autonomização do valor no tocante a seu conteúdo material, isto é, o valor de uso. Este paradoxo entre valor e valor de uso, é inerente ao modo mais básico de expressão da sociedade em que rege o modo de produção capitalista, a mercadoria, complexifica-

⁴ Faremos uso da expressão “*labor acadêmico*” ao invés da tradição na área que é “trabalho docente”, logo, consideramos que a referida expressão caracteriza melhor o lado negativo do trabalho empreendido pelo professor universitário.

⁵ Esclarecemos que Marx não tratou especificamente e de forma aprofundada da categoria das crises do modo de produção capitalista. Todavia, é possível constatar em Marx passagens acerca das crises sofridas pelo capitalismo naquele período histórico, isto é, as crises cíclicas que afetavam a processualidade da produção e consumo das mercadorias.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

se com o crescimento do capitalismo até o ponto em que a entrada impetuosa das crises restaura sua unidade dialética, para a decorrente ação do sistema.

Na década de 1970, a crise do sistema produtor de mercadorias expôs contornos diferentes das crises precedentes. Mézszáros considera esta crise como uma corrosão sistêmica do capital (2002). Os elementos de novidades são conforme o autor: “caráter universal; alcance global; temporalidade permanente [...]; e modo de desdobramento rastejante” (Idem, p. 796). A processualidade desta crise de novo tipo é efetivada a partir da supressão dos direitos sociais, bem como na flexibilização dos direitos do trabalho, na exploração violenta dos recursos naturais, tudo isso, na busca incessante de recompor as taxas de lucro do sistema de capital.

Nishimura esclarece que,

Com o agravamento da crise, os capitalistas lançam mecanismos para tentar recompor as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado. No âmbito da produção, a tendência é a mudança do taylorismo/fordismo, que atingiu abrangência mundial com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização flexível), iniciado nas fábricas japonesas. No âmbito das reformas, a crise move os ideários do capital a buscarem a implementação das políticas neoliberais, promovendo mudanças na configuração do Estado. (2014, p. 50, **grifos do autor**).

Perry Anderson analisa o essencial da agenda neoliberal, como apontamentos para resolução da crise, a saber:

[...] disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais, e a restauração de uma chamada “taxa natural” de desemprego, potencializando a exploração dos trabalhadores a partir do engrossamento das fileiras do “exército de reserva” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Com isso, a partir da deflagração desta crise do capital, é empreendido um movimento interno para dissimular o verdadeiro caráter da crise com a justificativa de que a crise é decorrente do vasto crescimento dos gastos em intervenções sociais realizados pelo Estado, ainda, canalizando culpa aos sindicatos com o subterfúgio de promoverem embates por aumentos de salários, como também outros direitos trabalhistas.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A partir de Wood (2003), destacam-se, enquanto determinantes no modo de como se realiza o imperialismo atual, a existência dos organismos multilaterais. Ainda que o padrão de acumulação por despossessão esteja sendo realizado essencialmente por meios econômicos, a apropriação do capital necessita a repressão extra-econômica do Estado (BARRETO; LEHER, 2008). Dessa forma, para que os setores dominantes burgueses internacionais possam atuar mediante um sistema de Estados é preciso à participação de organismos “[...] capazes de articular esse sistema e de agir em nome de seu núcleo dirigente (o G-7). Daí a atuação dos organismos internacionais (BM, FMI, OMC) como intelectuais coletivos e operadores do novo imperialismo” (Idem, 430).

Nesse sentido, compreendemos que com a deflagração da crise estrutural do capital, grandes transformações foram executadas em escala mundial e em todos os setores. Dessa forma, como apregoado pelos autores efetivou-se e ainda está em andamento a vingança do capital sobre o trabalho⁶.

Capitalismo dependente e educação superior brasileira

Floresta efetiva uma análise acerca de como no Brasil a cooperação dos setores intermediários em formação com as oligarquias terá enquanto ênfase garantir e aprofundar as regalias das camadas hegemônicas que se amoldaram aos anseios socioeconômicos solicitados pelo capitalismo monopolista – atualmente capitalismo monopolista-financeiro –, compondo um modelo heterogêneo de preeminência da burguesia, resultado do capitalismo dependente (FERNANDES, 1975). A proeminência imperialista lança assim uma particularização das nações subalternas, garantir, por intermédio deste modelo de hegemonia, a espoliação pública dos excedentes econômicos, tendo como direção política a burguesia nacional. Este acordo político entre burguesia nacional e capital internacional acolhendo, ainda, os anseios mais retrógrados de algumas frações de classe e a procura da conformidade passiva das

⁶ O sistema metabólico de capital empreende uma grande ofensiva contra os trabalhadores – corroendo seus direitos trabalhistas historicamente conquistados fruto de vastas mobilizações, bem como o próprio desemprego crônico que impeli o atual modo de acumulação capitalista.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

massas populares, não se trata de uma expressão fenomênica historicamente datada, porém um aspecto intrínseco à ação das burguesias dos países subalternos.

Levando a cabo que o capitalismo dependente e o imperialismo são à base da legitimação da análise do modelo de educação superior dependente, salientamos a relevância da educação escolar expressa por Florestan na constituição de um projeto de desenvolvimento nacional que possua concepção política direcionada para a ruptura com o capitalismo dependente, e o autor expõe um conjunto de reflexões acerca da escola pública, e também em relação à universidade do país, identificada enquanto um conjunto de instituições públicas e privadas de ensino superior.

A partir de uma análise acerca da história da educação superior no Brasil, compreendemos que foi realizada uma transferência de conhecimentos e de modelos de universidades europeias. Este processo é caracterizado por três níveis de empobrecimento consoante Lima (2005):

i) como não foram transplantados em bloco, mas fragmentados, o que ocorre, de fato, é a implantação de unidades isoladas, diferenciadas das universidades europeias da época; ii) apesar de servir para caracterizar um processo de “modernização” e “progresso cultural”, realizado através de saltos históricos, estas “universidades conglomeradas” limitavam-se a absorção de conhecimentos e valores produzidos pelos países centrais e, iii), o que a escola superior precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais. Este processo evidencia que o “novo” na educação superior brasileira já nascia completamente “arcaico” (p. 05).

Estes aspectos teóricos denotam a viabilidade de constituição de um imperialismo acerca da questão educacional, ou seja, a existência de um modelo de educação superior dependente. Tais alusões deixam explícito que, em países subalternos e dependentes como o Brasil, o tema acerca da dívida pública adquire uma característica impar, ao passo em que

[...] o controle externo dos ‘negócios de exportação e de importação’, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial (Fernandes, 1968, p.46).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A negação da centralidade do “labor acadêmico”

O labor acadêmico a partir da análise de Kuenzer e Caldas (2009) que alegam que está inserido na totalidade da atividade laborativa no capitalismo, imbuído de contradições, bem como marcado pela dupla face dessa práxis. De acordo com Sampaio, Novaes e Lima (2012, p. 2) “A relação dialética entre valor de uso e valor de troca faz da atividade humana, trabalho, algo que pode levar a autorrealização, à humanização e ao prazer ou à desumanização, a não realização e ao sofrimento”.

Ao nos referir acerca da precarização do labor acadêmico, é possível identificar como um fenômeno que se desenvolveu e se desenvolve desde as últimas décadas no Brasil, bem como na América Latina (OLIVEIRA, 2007), todavia, somente para se obter uma compreensão coerente com a realidade é premente apreender o contexto da precarização do trabalho em geral, ainda que haja algumas distinções das que reestruturam o trabalho diretamente articulado a produção. Tais considerações são cruciais para que não se perca de vista e leve a conclusões acerca do labor acadêmico desarticulada da lógica do trabalho em geral, logo, partimos das categorias do método: totalidade e mediação; assim, possibilitando a apreensão das determinações da precarização do trabalho do docente atualmente.

Silva (2012) ressalta que o processo de privatização do ensino superior do país expande também a dimensão da precarização do labor acadêmico. Tal quadro é expresso nas instituições privadas, onde

A exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; em diversas ocasiões presenciamos situações que expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não remuneradas – como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como ‘desabafam’ os colegas de trabalho: “nosso emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não”. (CARVALHO, 2009, p. 120-121, **grifos do autor**).

Consoante Bosi (2011) o fenômeno da precarização do labor acadêmico não se limita somente às instituições privadas de ensino superior que tiveram uma vasta expansão no decorrer dos governos Cardoso e Lula da Silva, todavia, atinge o trabalho

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

do docente das instituições públicas de ensino superior seja sua dimensão municipal, estadual ou federal.

Deste modo, fazemos alusão ao programa REUNI, este programa foi instituído no governo Lula da Silva, e especificamente se trata de um programa em que de forma severa e dura atingiu o trabalho dos docentes das universidades federais do país. A rigor, é possível alegar que as condições de seu trabalho foram alteradas de forma negativa ao passo em que, através do REUNI, houve um vasto imenso da relação alunoXprofessor nos cursos de graduação (18x1). A efetivação dessa meta canalizou uma grande sobrecarga e intensificação sobre o ritmo de trabalho do docente, bem como “desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal” (MANCEBO, 2011, p. 58).

Vale realçar que, como visto anteriormente, o RREUNI busca expandir as matrículas na graduação. Assim, é ignorada a compreensão do eixo articulador indissociável (ensino-pesquisa-extensão) núcleo da educação superior. Em verdade, se trata de ignorar a pesquisa enquanto pilar definidor da universidade pública, pois, é este pilar que necessita de maiores canalizações de investimentos orçamentários. “A sobrecarga de trabalho no ensino de graduação colocará fortes impeditivos no desenvolvimento de projetos de pesquisas por parte dos professores contratados a partir da vigência do Programa” (LOPES, 2009, p. 7).

O estudo acerca do labor acadêmico elaborado por Sampaio, Novaes e Lima (2012) trazem um panorama do Brasil a partir do Censo 2010 na exposição da quantidade dos docentes em exercício na esfera pública e na privada e outros indicadores:

O Brasil, de acordo com o Censo 2010, tem 345.335 funções docentes em exercício. Desse total, 130.789 estão no setor público e 214.546 no setor privado. O perfil docente tendo como referência o regime de trabalho e a titulação assim se expressa: No setor público, 80,2% possuem regime de trabalho de tempo integral; 12,9% em tempo parcial; e 6,8% são horistas. O setor privado concentra o maior número de professores em regime de trabalho horista, 48%; em tempo parcial são 28% dos docentes; e 24% trabalham em tempo parcial. Quanto a titulação, o Brasil tem, no setor

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

público 49,9% de doutores, 28,9% de mestres e na categoria “com até especialização”, 21,2%. No quadro de titulação do setor privado, 43,1% têm mestrado; na categoria “com até especialização”, 41,5%; e com doutorado apenas 15,4%. (p. 05).

O estudo desenvolvido pelos autores supracitados denota que o labor acadêmico se dá em um contexto de precarização do trabalho, bem como

[...] perda de autonomia intelectual, adoecimento docente (estresse, burnout, depressão), invasão do tempo da vida privada dos docentes, baixos salários, jornada de trabalho ampliada, evasão do magistério, subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade com sistema de avaliação de desempenho utilizado como critério de premiação e/ou punição, contratos temporários. (Ibidem, **grifos dos autores**).

Assim como o trabalho em geral, o labor acadêmico sob o jugo do capital é realizado de forma pragmática e fragmentado, o que engendra um processo de estranhamento⁷. O professor perde a autonomia do seu trabalho, além do processo de intensificação do trabalho a partir do acúmulo de atividades e a execução de demasiados serviços concomitantemente. Na lógica da dupla natureza do trabalho situamos o a matriz negativa do labor acadêmico, pois o que era pra ser atividade essencial para humanização do ser se torna uma atividade efetivada com a finalidade de obter resultados, funcionalidade e, sobretudo, produtividade.

Há duas formas de intensificar o trabalho, conforme Mancebo (2011): i) através da inserção de modificações de cunho técnico; ii) através de mudanças de caráter organizacional no processo de trabalho. A autora lista diversas formas que adotam essa intensificação do labor acadêmico⁸: executar atividades que outrora eram realizadas por um grupo de pessoas maior, ampliação de serviços sem contratação premente de mais

⁷ Nos baseamos na definição de Antunes (2010) acerca do trabalho estranhado quando o autor assevera: “Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (*die entfremdete Arbeit*) e estranhamento (*Entfremdung*) e não alienação (*Entäusserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana”. (p. 152).

⁸ Mancebo (2011) ressalta que as TIC’s auxiliam de forma expressiva esse processo possibilitando a ampliação da jornada de trabalho, ultrapassando, assim, a jornada regular.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

funcionários; reposição do quadro de docentes aposentados não realizado; efetivação de diversos serviços ao mesmo tempo, etc.

Com as implicações da corrosão do labor acadêmico acarretam danos à saúde deste sujeito. A pesquisa realizada por Landini (2008) denota que a saúde dos docentes do Brasil se encontra em grande risco em virtude de diversos fatores que auxiliam o agravamento deste quadro, por exemplo, o tipo de atividade realizada, a grande intensidade de trabalho, e a perda da autonomia.

Vários são os tipos de sintomas que evidenciam problemas de saúde desenvolvidos pelos professores pelo excesso de trabalho – psicossomáticos e defensivos – que desencadeiam a evasão da docência. Esse cenário é prejudicial aos docentes, mas também aos discentes que perdem a colaboração que estes profissionais podem oferecer (SAMPAIO; NOVAES; LIMA, 2012, p. 07).

A intensificação do trabalho do docente reitera Mancebo (2011), vem sendo a responsável pelo adoecimento dos professores, pelo padecimento emocional e físico engendrando implicações avultadas na categoria que se situa em um vendaval de atividades, bem como metas.

À guisa de conclusão

Ainda que não seja um fenômeno com tom de novidade, a precarização do trabalho ganha novas roupagens, se tornando, dessa forma, de acordo com Lima e Ferreira (2013, p. 9) “a problemática do século XX”. Nesse sentido, o labor acadêmico não foge da lógica da precarização, que está imbuída nas instituições privadas e públicas de ensino superior de forma patente. Com efeito, esta precarização se expressa na forma jurídica⁹, bem como na flexibilização e intensificação do trabalho, e por meio da execução de uma lógica produtivista.

Podemos considerar que a intensificação do labor acadêmico, bem como a redefinição de suas atribuições

⁹ A forma jurídica à qual se expressa a precarização do labor acadêmico das instituições de ensino superior se trata dos contratos de trabalho.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

[...] – tanto em sua forma como em seu conteúdo –, a divisão estabelecida pela crescente contratação de professores substitutos como tática para ampliação do ensino superior nas instituições públicas são estratégias para desarticulação da carreira docente – uma conquista histórica – e do projeto de universidade em que pesquisa, ensino e extensão são indissociáveis. Mudam os atores em cena, muda a cena, e novos atores são formados, adaptados ao novo cenário. A diferença básica entre um docente-pesquisador e um empreiteiro não está, no entanto, restrita à quantidade e à velocidade do trabalho realizado ou às modificações nas relações de trabalho: como assinalado, é um outro *ethos* acadêmico (o capitalismo acadêmico periférico). (LOPES, 2009, p. 21, **grifos dos autores**).

Nessa acepção, seguindo com o raciocínio dos autores, “a lógica do capital modifica o docente-pesquisador em empreiteiro” quando ele adapta a sua produção intelectual em um peculiar valor avaliado de uma forma determinada, assim, conformando “[...] o seu labor a padrões possíveis, restringindo os temas e a epistemologia aos marcos do pensamento único”. (*Ibid.*)

Portanto, as políticas de educação superior que essencialmente possuem um cunho mercantilista agem como empecilhos ao labor acadêmico, como também à sua autonomia, sujeitando o docente a uma processualidade de contradição entre as postas e as concretas condições de trabalho.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2010.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 423-436, 2008.

BOSI, Antônio. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

CARVALHO, Clarisse da Costa. **Serviço Social e privatização do ensino: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata Mineira.** Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Feral de Juiz de Fora. 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** RJ: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2ª. Ed. RJ: Zahar Editores, 1975.

KUENZER, A.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.): **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades.** Campinas, SP: Papyrus, 2009.

LANDINI, S. R. Significado e sentido do trabalho docente: as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico. In: MONFREDINI, I. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente.** São Paulo: Xamã, 2008.

LIMA, K. **Universidades Federais e Programa Reuni: alterações nas funções da universidade pública brasileira.** Advir (ASDUERJ), v. 23, p. 20-26, 2005.

LIMA, K. R. R.; FERREIRA, E. L. **Crise do Capitalismo, Contrarreforma do estado e Trabalho Docente: intensidade, intensificação e precarização.** In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013.

LOPES, C. M. L. **O REUNI e a intensificação do trabalho docente.** In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

MANCEBO, D. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). **A cultura da universidade pública.** São Paulo: Xamã, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 22 – 2018

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

NISHIMURA, S. P. **A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS.** Universidade e Sociedade, Brasília, ano 23, n. 53, p. 48-59, 2014.

SAMPAIO, F. R.; NOVAES, M. A. B.; LIMA, K. R. R. **Trabalho Docente no Capitalismo Contemporâneo e o Cotidiano do Professor.** In: IV Fórum Internacional de Pedagogia. Paranaíba: Universidade Estadual do Piauí, 2012.

OLIVEIRA, J. F. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. In: _____ (Org.). **O campo universitário no Brasil: políticas e processos de reconfiguração.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

SILVA, M. E. P. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

WOOD, E. M. **El império del capital.** Espanha: El Viejo Topo, 2003.